

Personalidade Acadêmica Homenageada:
Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

O ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

THE AGREEMENT BETWEEN MERCOSUR AND THE EUROPEAN UNION

IWAYR MACHADO

Aluno do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania, Centro Universitário Curitiba, Faculdade de Direito de Curitiba.

ANDRÉ LUPI

Professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania, do Centro Universitário Curitiba, Faculdade de Direito de Curitiba.

RESUMO

Objetivo: analisar as principais vantagens do Acordo celebrado entre Mercosul e União Europeia, em 2019, em Bruxelas, Holanda.

Método: o estudo utilizou a consulta em obras coletadas em plataformas físicas e virtuais, no sentido de responder aos objetivos inicialmente propostos, que foi analisar as principais vantagens do Acordo celebrado entre Mercosul e União Europeia.

Resultados: os estudos permitiram chegar aos resultados pretendidos.

Conclusão: o Acordo comercial com a UE constitui uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, pela sua importância econômica e abrangência de suas disciplinas, é o Acordo mais amplo e de maior complexidade negociado pelo Mercosul. Cobre temas tarifários e de natureza regulatória, serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias, fitossanitárias e de propriedade intelectual. Com a vigência do Acordo os produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como suco de laranja, frutas e café solúvel. Os exportadores brasileiros obterão ampliação de acesso, por meio de quotas, para carnes, açúcar e etanol, entre outros, após homologação. As empresas brasileiras serão beneficiadas com a eliminação de tarifas na exportação de 100% dos

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

produtos industriais, sendo equalizadas as condições de concorrência com outros parceiros que possuem Acordos de livre comércio com a UE.

Palavras-chave: Mercosul; União Europeia; Acordo; Benefícios.

ABSTRACT

objective: to analyze the main advantages of the Agreement between Mercosur and the European Union in 2019 in Brussels, the Netherlands. Method: The study used the consultation in works collected on physical and virtual platforms, in order to meet the objectives initially proposed, which was to analyze the main advantages of the Agreement between Mercosur and the European Union.

Results: The studies allowed to reach the desired results.

Conclusion: The Trade Agreement with the EU is one of the largest free trade areas in the world, because of its economic importance and the scope of its disciplines. It is the largest and most complex agreement negotiated by Mercosur. It covers tariff and regulatory issues, services, government procurement, trade facilitation, technical barriers, sanitary, phytosanitary and intellectual property measures. With the agreement in force, agricultural products of great interest in Brazil will have their tariffs eliminated, such as orange juice, fruits and instant coffee. Brazilian exporters will obtain increased access, through quotas, to meat, sugar and ethanol, among others, after approval. Brazilian companies will benefit from the elimination of export tariffs on 100% of industrial products, and the conditions of competition with other partners that have free trade agreements with the EU will be equalized.

Keywords: Mercosur; European Union; Wake up; Benefits

1 INTRODUÇÃO

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é um bloco econômico composto por quatro países da América do Sul e seu objetivo é promover a integração entre alguns países da América do Sul, especialmente, os do Cone Sul, no âmbito econômico, político e social.

Na atualidade, o Mercosul é composto por Estados-partes (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), que possuem voz e voto; e Estados Associados, que apenas participam das discussões, mas não tem poder de decisão. O Paraguai, membro desde a criação do Mercosul foi suspenso temporariamente do bloco em função da

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

deposição do ex-presidente Fernando Lugo em junho de 2012. No entanto, em 2013 foi reincorporado à instituição. Além disso, os Estados Associados do Mercosul são: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004), a Guiana e o Suriname (desde 2013). A Venezuela, que aderiu ao bloco em 2012, foi suspensa em 2017 porque o país não estava cumprindo com os objetivos traçados, sobretudo, relacionados a democracia e aos direitos humanos. A Bolívia, Estado associado desde 2016, agora é um Estado-parte que está em processo de adesão (BEZERRA, 2018).

Na atualidade, os países do Mercosul apresentam uma população de aproximadamente 311 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 2 trilhões de dólares. Desde sua criação, o comércio entre os países membros aumentou 20 vezes. Dados de 2016 revelam que o Mercosul é o maior exportador líquido mundial de açúcar; o maior produtor exportador mundial de soja e o 1º produtor e o 2º maior exportador mundial de carne bovina (BEZERRA, 2018).

Por outro lado, a União Europeia (UE) é um bloco econômico criado em 1992 para estabelecer uma cooperação econômica e política entre os países europeus (28 países). É um dos exemplos de blocos mais avançados, apresenta uma integração econômica, social e política, moeda comum, livre circulação de pessoas e funcionamento de um Parlamento Europeu formado por deputados dos países membros, eleitos pelos cidadãos.

A organização que foi essencial para a integração da Europa e a criação da União Europeia foi a Comunidade Econômica Europeia (CEE), conhecida como Mercado Comum Europeu (MCE). A CEE foi criada em 1957, formada nessa época pela: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, cuja organização também era chamada Europa dos seis (UNIÃO EUROPEIA, 2019).

De acordo com o site União Europeia (2019), a criação da CEE foi no contexto da Guerra Fria, momento em que o mundo vivia uma sistemática de bipolarização entre os norte-americanos e soviéticos. E como forma de buscar uma aliança para fortalecer as comunidades europeias com forma de recuperação econômica e enfrentar o avanço da influência norte-americana, os europeus objetivaram criar vínculos para integração econômica. Outro fato importante para entender a criação do

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

bloco econômico é que nessa época a Europa buscava reconstruir-se dos danos da Segunda Guerra Mundial, bem como, prosperar a paz. Dessa forma, outra intenção foi construir uma força militar e de segurança.

A proposta da CEE foi incentivar a cooperação econômica tornando seus membros dependentes, mantendo uma relação de mercado comum entre os países. Na década de 80 outros países integraram a CEE como: Inglaterra, Grécia, Espanha, Dinamarca, Irlanda e Portugal. Com a adesão desses países, a comunidade europeia passou a chamar-se Europa dos doze.

De acordo com a BBC News (2019), após vinte anos de negociação Mercosul e União Europeia fecharam acordo comercial que envolve 25% da economia global e 780 milhões de pessoas - quase 10% da população do mundo.

Procura-se levantar as principais vantagens do novo Acordo entre Mercosul e União Europeia?

Esse estudo tem como objetivo geral analisar as principais vantagens do Acordo celebrado entre Mercosul e União Europeia, em 2019, em Bruxelas, Holanda.

2 RELAÇÕES ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

2.1 MERCOSUL

2.1.1 Histórico

De acordo com Bezerra (2018), embora tenha sido criado somente em 1991, os delineamentos para a criação de uma área de livre comércio e circulação datam da década de 1980. Recém saídos da ditadura militar, Brasil e Argentina assinam O "Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento", em 1988, a fim de inaugurar novo marco nas relações internacionais de ambos os países.

O Mercado Comum do Sul – Mercosul começou a se formar em 1988, quando Brasil e Argentina fecharam acordos que previam diminuir as tarifas alfandegárias entre ambos (MOUTINHO, 2019).

Personalidade Acadêmica Homenageada:
Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

Aa meta desse Tratado era estabelecer um mercado comum na América do Sul, ao qual outros países latino-americanos poderiam se vincular. Desta maneira, os presidentes do Uruguai e do Paraguai se juntaram à iniciativa. Sendo o bloco oficializado, em 26 de março de 1991, a partir da assinatura do "Tratado de Assunção" no Paraguai (BEZERRA, 2018).

O objetivo do Tratado de Assunção é a conexão dos Estados-partes, por meio da livre movimentação de bens, serviços, bem como da consignação de uma Tarifa Externa Comum (TEC), culminando na adoção de uma política comercial comum, ou seja, uma área de livre-comércio intra zona e política comercial comum entre esses quatro países da América do Sul (BEZERRA, 2018).

Com a adesão do Paraguai e Uruguai foi assinado o Tratado de Assunção, oficializando a existência do Mercosul. Na década de 1990, o Chile e a Bolívia também assinaram Tratados de Associação com o Mercosul, tornando-se parceiros comerciais privilegiados do mercado comum. Outros países se tornaram membros associados: Peru, em 2003, e Colômbia e Equador, em 2004, Suriname e Guiana em 2015 (MOUTINHO, 2019). Segundo o Mercosul (2019, online):

O Tratado de Assunção, instrumento fundacional do Mercosul, estabeleceu um modelo de integração profunda, com os objetivos centrais de conformação de um mercado comum - com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos - o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum. O livre comércio intrazona foi implementado por meio do programa de desgravação tarifária previsto pelo Tratado de Assunção, que reduziu a zero a alíquota do imposto de importação para o universo de bens, salvo açúcar e automóveis. A União Aduaneira, estabelecida pela TEC, está organizada em 11 níveis tarifários, cujas alíquotas variam de 0% a 20%, obedecendo ao princípio geral da escalada tarifária: insumos têm alíquotas mais baixas e produtos com maior grau de elaboração, alíquotas maiores.

Em 2006, a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao Mercosul; sua entrada no bloco foi aprovada pelo senado do Uruguai, da Argentina e do Brasil. Durante anos, a Venezuela aguardou, mas sem sucesso, a aprovação do senado do Paraguai para ser Estado-membro. Em 2012, a Venezuela aderiu definitivamente ao bloco, fato que gerou grande polêmica, uma vez que não contou com a aprovação paraguaia, pois, semanas antes, o Paraguai tinha sido suspenso do bloco, em razão

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

da ruptura da ordem democrática com o *impeachment* do então presidente Fernando Lugo. Porém, em julho de 2013 o Paraguai retorna como país membro após ter eleito seu novo presidente e em dezembro de 2016 a Venezuela foi suspensa do bloco pelo não cumprimento das normas (MOUTINHO, 2019).

2.1.2 Sistema Institucional do Mercosul

Segundo o Mercosul (2019, online):

O Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, estabeleceu a estrutura institucional básica do MERCOSUL e conferiu ao Bloco personalidade jurídica de direito internacional. O Protocolo consagrou, também, a regra do consenso no processo decisório, listou as fontes jurídicas do MERCOSUL e instituiu o princípio da vigência simultânea das normas adotadas pelos três órgãos decisórios do Bloco: o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão superior ao qual incumbe a condução política do processo de integração; o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Bloco; e a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), órgão técnico que vela pela aplicação dos instrumentos da política comercial comum.

Partindo do Protocolo de Ouro Preto, assinado em 17 de dezembro de 1994, o Mercosul possui um arcabouço institucional composto pelos seguintes Conselhos, Comissões e Secretarias (BEZERRA, 2018):

Conselho do Mercado Comum (CMC): o instrumento encarregado da direção política no processo de integração. A presidência deste Conselho é exercida de maneira rotativa, a cada seis meses, por cada uma dos Estados Partes.

Grupo Mercado Comum (GMC): configura-se enquanto aparelho decisório executivo para fixação dos programas de trabalho e negociação de acordos com terceiros em nome do Mercosul.

Comissão de Comércio do Mercosul (CCM): é o aparelho decisório técnico encarregado de apoiar o GMC no que tange à política comercial do bloco.

Comissão Parlamentar Conjunta (CPC): para representação parlamentar, a qual é composta por até 64 parlamentares. A CPC possui caráter consultivo, deliberativo e de formulação de Declarações, Disposições e Recomendações.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

Foro Consultivo Econômico Social (FCES): órgão de consulta que figura entre os setores da economia e da sociedade, manifestando-se por indicações ao GMC.

Secretaria do Mercosul (SM): de estatuto perene e sediada em Montevidéu, Uruguai.

Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM): destinado a financiar programas de promoção a convergência estrutural.

Protocolo de Olivos: para a Solução de Controvérsias entre os Estados Partes. A partir da admissão desse Protocolo, foi estabelecido o Tribunal Permanente de Revisão com o intuito de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento do conjunto normativo do Bloco.

Instituto Social do Mercosul: com o desígnio de subsidiar a formulação de políticas sociais em nível regional.

A estrutura do Mercosul também suporta órgãos específicos para a resolução de controvérsias, como os Tribunais *Ad hoc* e o Tribunal Permanente de Revisão (BEZERRA, 2018).

O Parlamento do Sul foi criado em 2005 no sentido de incrementar o poder legislativo da região, é composto por dezoito parlamentares de cada Estado-parte, indicados pelos Congressos nacionais de seus países, cujos deputados se reúnem todos os meses (BEZERRA, 2018).

2.1.3 O Brasil no Mercosul

Com mais de duas décadas de existência, o Mercosul é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80. Os membros fundadores são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção (1991).

De acordo com Moutinho (2019), o parque industrial brasileiro é mais completo que o parque industrial argentino, sendo que o Brasil produz uma quantidade maior de mercadorias (bens de produção e bens de consumo). Os salários dos operários brasileiros são menores que os salários dos operários argentinos e o custo

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

da energia no Brasil é inferior, pois grande parte da eletricidade brasileira é gerada em usinas hidrelétricas.

Em razão do custo menor, em muitos setores, os produtos brasileiros têm preços mais competitivos que os similares argentinos; o resultado é uma vantagem maior de venda desses produtos na Argentina, cujo fato gerou, em várias situações, discordância entre os dois Estados no que se refere às tarifas comerciais adotadas.

O Brasil exporta para a Argentina, principalmente, produtos industrializados, com exceção ao café e ao minério de ferro (MOUTINHO, 2019).

A Argentina exporta para o Brasil petróleo e produtos agropecuários, como trigo e frutas. Os produtos industrializados concentram-se no setor automobilístico.

A Argentina apresenta vantagens significativas sobre o Brasil em muitos produtos agropecuários, como: elevada fertilidade natural dos pampas argentinos, clima favorável ao cultivo dos mais variados cereais e de frutas típicas de clima temperado (uva, maçã e pêsego) com custos de produção menores (MOUTINHO, 2019).

É importante ressaltar que a integração efetiva do centro econômico do Mercosul depende de uma eficiente infraestrutura de transporte e de comunicações. No sul do Brasil, essa infraestrutura compreende a ligação rodoviária entre o Paraguai e o porto de Paranaguá (PR), que facilita o escoamento da produção paraguaia em direção ao Brasil e aos mercados externos. O porto do Rio Grande (RS) é utilizado para o escoamento das exportações agropecuárias do Uruguai (MOUTINHO, 2019).

Entre os projetos de transporte estão a hidrovia do Paraguai-Paraná, para escoar minérios e soja para os países platinos; a autoestrada ligando São Paulo a Buenos Aires; e a ligação rodoviária entre o Porto do Rio Grande e o Porto de Antofagasta, no norte do Chile, escoando os produtos do Mercosul para o Oceano Pacífico (MOUTINHO, 2019).

No decorrer do processo de integração, e em grande medida em razão do êxito inicial da integração econômico-comercial, a agenda do MERCOSUL foi paulatinamente ampliada, passando a incluir temas políticos, de direitos humanos, sociais e de cidadania. Os dois marcos na área social e cidadã do MERCOSUL são,

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

respectivamente, o Plano Estratégico de Ação Social (2011) e o Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (2010).

A agenda política do MERCOSUL abrange amplo espectro de políticas governamentais tratadas por diversas instâncias do bloco, incluindo reuniões de ministros, reuniões especializadas, foros e grupos de trabalho. Os Estados-partes e os Estados Associados promovem cooperação, consultas ou coordenação em todos os âmbitos governamentais, permitindo construir um patrimônio de entendimento e integração de valor inestimável para a região. Na atualidade o Mercosul é um instrumento fundamental para promover a cooperação, desenvolvimento, paz e estabilidade na América do Sul (MERCOSUL, 2019).

2.1.4 Mercosul em Dados Estatísticos

Segundo o Mercosul (2019), os membros fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e a Venezuela que completou seu processo de adesão em meados de 2012, abrangem, aproximadamente, 72% do território da América do Sul (12,8 milhões de km², equivalente a três vezes a área da União Europeia); 69,5% da população sul-americana (288,5 milhões de habitantes) e 76,2% do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul, em 2016 (US\$ 2,79 trilhões de um total de US\$ US\$ 3,66 trilhões, segundo dados do Banco Mundial). De acordo com a BBC News (2019, online):

Criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, o Mercosul é hoje o terceiro maior bloco do mundo, depois do Nafta (México e Estados Unidos) e da União Europeia. Seu PIB total é de US\$ 2,8 trilhões (R\$ 10,4 trilhões). Se fosse um país, o Mercosul seria a quinta maior economia do mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China, Japão e Alemanha.

Se tomado em conjunto, o Mercosul seria a quinta maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 2,79 trilhões. O Mercosul é o principal receptor de investimentos estrangeiros diretos (IED) na região. O bloco recebeu 47,4% de todo o fluxo de IED direcionado à América do Sul, América Central, México e Caribe, em 2016 (dados da

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

UNCTAD)¹. O bloco constitui espaço privilegiado para investimentos, por meio da compra, controle acionário e associação de empresas dos Estados Partes. A ampliação da agenda econômica da integração contribuiu para incremento significativo dos investimentos diretos destinados pelos Estados Partes aos demais sócios do bloco (MERCOSUL, 2019).

2.2 UNIÃO EUROPEIA

2.2.1 Histórico

De acordo com Delegação da União Europeia no Brasil (2016), a criação da União Europeia surgiu em 1992, em Maastricht, na Holanda, quando os países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) se reuniram e assinaram o Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, propondo a integração e cooperação econômica, buscando harmonizar os preços e taxas de importação.

O bloco é composto por 28 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Malta e Suécia, o Reino Unido por meio de plebiscito decretou sua saída no bloco econômico, em junho de 2016, porém, sua saída ainda não foi oficializada (UNIÃO EUROPEIA, 2019).

¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), criada em 1964, em Genebra, na Suíça, no contexto das discussões de liberalização do comércio do GATT, é o órgão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que busca promover a integração dos países em desenvolvimento na economia mundial. Para isso, a UNCTAD atua como fórum para deliberações intergovernamentais, apoiado por debates com especialistas e intercâmbio de experiências. Desenvolve pesquisas, análises de políticas e coleta de dados para debates de representantes do governo e especialistas, fornece assistência técnica ao atendimento das necessidades específicas dos países em desenvolvimento. Trabalha em conjunto com os governos de seus Estados-membros e interage com outras organizações internacionais e comissões regionais, bem como com instituições governamentais, organizações não governamentais e do setor privado, incluindo associações comerciais, institutos de pesquisa e universidades em todo o mundo.

Personalidade Acadêmica Homenageada:
Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

Em 1999 foi projetada na UE a criação de um Banco Central e uma moeda única, o Euro, essa nova moeda gerou profundas mudanças no cenário geopolítico e pode dar condições de fortalecer a economia e influência da UE para competir com o dólar norte-americano. Iniciaram-se políticas comuns de defesa, cidadania e proteção ao meio ambiente, preocupando-se com as mudanças climáticas, ajuda humanitária e proteção civil (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

Com a UE permitiu-se a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas por meio da eliminação dos controles das fronteiras entre os países da UE, abolindo barreiras físicas, jurídicas e burocráticas. A União Europeia torna a Europa praticamente como se fosse um país único (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

Principais Tratados dos países europeus e adesão dos países:

1957 - Tratado de Roma. institui a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e aprofundou a integração econômica europeia;

1965 – Tratado de Bruxelas: simplifica o funcionamento das três instituições europeias como a CEE, a Euratom e a CECA - Comunidade Econômica Europeia do Carvão e do Aço (substituídas);

1988 – Ato Único Europeu: propõe medidas para criação de um mercado único. Aderem Portugal e Espanha;

1992 – Tratado de Maastricht: criação da União Europeia;

1997 – Tratado de Amsterdã: reforma das instituições para adesão de mais países à EU. A Áustria, Finlândia e Suécia aderem a EU;

2001 – Tratado de Nice: nova reforma na instituição para adesão de 10 países: República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia;

2004 – Tratado de Roma: esse novo tratado em Roma busca criar Constituição para a Europa, porém, por motivos de desacordos os países não chegaram a um consenso e não assinaram o tratado;

Personalidade Acadêmica Homenageada:
Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

2007 – Tratado de Lisboa: busca tornar a UE mais democrática e eficaz para resolver os problemas sociais e ambientais, como mudanças climáticas e ajuda humanitária. A Romênia e Bulgária aderem à EU;

2013 – A Croácia adere à EU;

2016 – Num plebiscito popular o Reino Unido vota a favor de sua saída da EU (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

2.2.2 Sistema Institucional da União Europeia

Entre as instituições e organismos que integram a EU estão os seguintes:

Parlamento Europeu;

Conselho Europeu;

Conselho da União Europeia;

Comissão Europeia;

Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE);

Banco Central Europeu (BCE);

Tribunal de Contas Europeu (TCE);

Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE);

Comitê Econômico e Social Europeu (CESE);

Comité das Regiões Europeu (CR);

Banco Europeu de Investimento (BEI);

Provedor de Justiça Europeu;

Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD);

Órgãos interinstitucionais (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

A EU possui enquadramento institucional único:

As grandes prioridades da UE são definidas pelo Conselho Europeu, que reúne dirigentes nacionais e da UE;

Os eurodeputados representam os cidadãos europeus no Parlamento Europeu e são por eles diretamente eleitos;

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

Os interesses da UE no seu conjunto são defendidos pela Comissão Europeia, cujos membros são designados pelos governos nacionais;

Os países defendem os seus próprios interesses nacionais no Conselho da União Europeia (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

O Conselho Europeu define as orientações políticas gerais da UE, mas não tem poder para adotar legislação. Dirigido pelo seu Presidente, constituído por Chefes de Estado, Governo dos Estados-Membros e pelo Presidente da Comissão.

Há três grandes instituições da UE envolvidas no processo legislativo:

O Parlamento Europeu, diretamente eleito, representa os cidadãos da UE;

O Conselho da União Europeia, representa os governos nacionais, cuja presidência é assumida rotativamente pelos Estados-Membro;

A Comissão Europeia, que vela pela defesa dos interesses da UE em seu todo (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

Em conjunto, essas instituições adoptam, através do processo legislativo ordinário, as políticas e a legislação que se aplicam em toda a EU, em princípio, a Comissão propõe nova legislação, o Parlamento e o Conselho a adoptam. A Comissão e os Estados-membro são responsáveis por sua execução. A Comissão cuida da correta transposição da legislação da UE às ordens jurídicas nacionais.

Outras instituições desempenham tarefas fundamentais na UE:

O Tribunal de Justiça procura assegurar o cumprimento da legislação europeia;

O Tribunal de Contas fiscaliza o financiamento das atividades da EU;

Os poderes e responsabilidades de todas essas instituições são definidas nos Tratados, nos quais se baseia toda ação da UE. Os Tratados consagram regras e procedimentos que as instituições da UE devem observar. Os Tratados são aprovados pelos Presidentes e/ou Primeiros-ministros de todos os Estados-membro da UE e ratificados pelos Parlamntos nacionais.

A UE possui instituições e organismos interinstitucionais que desempenham funções específicas:

O Serviço Europeu à Ação Externa (SEAE) de Apoio ao Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comum. O presidente do

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

Conselho dos Negócios Estrangeiros dirige a política externa e de segurança comum, garantindo sua coerência e coordenação com a ação externa da UE.

O Banco Central Europeu, responsável pela política monetária europeia;

O Comité Económico e Social Europeu, que representa a sociedade civil, os empregadores e os trabalhadores;

O Comité das Regiões Europeia, que representa as entidades regionais e locais;

O Banco Europeu de Investimento, que financia projetos de investimento da UE e ajuda as PME através do Fundo Europeu de Investimento;

O Provedor de Justiça, que investiga as queixas relativas a casos de alegada má administração por parte das instituições ou dos organismos da UE;

A Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, que salvaguarda a confidencialidade dos dados pessoais dos cidadãos;

O Serviço das Publicações Oficiais, que publica informações sobre a UE;

O Serviço Europeu de Seleção do Pessoal, que recruta pessoal para as instituições e outros organismos da UE;

A Escola Europeia de Administração, cuja função é dar formação em áreas específicas a membros do pessoal da UE;

Uma série de agências e organismos especializados descentralizados com tarefas técnicas, científicas e de gestão.

2.2.3 O Brasil na União Europeia

2.2.3.1 Relações políticas

De acordo com a Delegação da União Europeia no Brasil (2019), o Brasil e a UE compartilham de uma relação baseada em fortes laços culturais e históricos. O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a UE. Na década de 1960, as duas partes procederam à troca de missões diplomáticas formais.

Em 2007, a UE reconheceu o Brasil como um dos seus principais parceiros mundiais através do estabelecimento formal da Parceria Estratégica UE-Brasil. A

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

parceria abrange várias questões: alterações climáticas, energia sustentável, combate à pobreza, processo de integração do Mercosul, estabilidade e prosperidade na América Latina (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

A parceria foi lançada na 1.^a Cúpula UE-Brasil, as Cúpulas são organizadas anualmente e têm-se revelado eficazes no fortalecimento do diálogo político e cooperação entre as duas partes. Foram realizados diálogos regulares em mais de 15 domínios, nomeadamente: questões políticas e de direitos humanos, ambiente e alterações climáticas, cultura e educação, transportes marítimo e aéreo, energia, ciência e tecnologia (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

2.2.3.2 Relações econômicas

As relações econômicas entre a UE e o Brasil foram desenvolvidas através do processo das Cúpulas, sendo as questões económicas e a regulamentação financeira as principais prioridades da ordem de trabalhos da 2.^a Cúpula UE-Brasil. A 5.^a Cúpula centrou-se em questões como o emprego e as dimensões sociais da globalização e nas oportunidades de crescimento da economia verde emergente (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

2.2.3.3 Relações comerciais

O Brasil e a UE são parceiros comerciais importantes: a UE é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, responsável por 18,3 % de seu comércio total e Brasil é o décimo primeiro maior parceiro comercial da EU, responsável por 1,7 % do comércio total da UE (2017). As importações da UE provenientes do Brasil são sobretudo de produtos primários: produtos alimentícios, bebidas e tabaco (16,3% das importações da UE provenientes do Brasil), seguido pelos produtos vegetais (17,8%) e produtos minerais (21,8%). O Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas para a UE. As exportações da UE para o Brasil são essencialmente de máquinas e equipamentos (26,6%) produtos químicos (23,6%) e equipamentos de transporte (13,6%). A UE é o maior investidor estrangeiro no Brasil, com investimentos em

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

diferentes setores da economia brasileira. Em 2015, a UE tinha 48,5% dos seus investimentos na América Latina, no Brasil (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL, 2016).

2.3 VANTAGENS DO ACORDO ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA

De acordo com a BBC News (2019), segundo estimativas do Ministério da Economia do Brasil, o Acordo entre Mercosul e UE representará um incremento no PIB do Brasil, equivalente a R\$ 336 bilhões em 15 anos, com potencial de chegar a R\$ 480 bilhões, se levados em conta aspectos como a redução de barreiras não tarifárias.

O governo brasileiro estima que as exportações brasileiras para a União Europeia aumentem em cerca de R\$ 384 bilhões até 2035. Na atualidade, a União Europeia é o segundo parceiro comercial do Mercosul, que, por sua vez, é o oitavo do bloco europeu (BBC NEWS, 2019). De acordo com o Jornal El País (2019, online):

Após vinte anos de negociação, o Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) e a União Europeia selaram, nesta sexta-feira, um acordo de livre comércio entre os dois blocos. A informação é dos ministérios da Economia e das Relações Exteriores. O pacto é um marco histórico no relacionamento entre os dois blocos, que representam, juntos, cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Ele cobre temas tanto tarifários quanto de natureza regulatória, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual. O texto deve obter ainda a autorização dos Estados membros e do Parlamento Europeu, que podem exigir mudanças, informam os repórteres Luís Pellicer e Álvaro Sánchez. De acordo com estimativas do Ministério da Economia, o acordo entre Mercosul e UE "representará um incremento do PIB brasileiro de 87,5 bilhões de dólares em 15 anos, podendo chegar a 125 bilhões de dólares", considerando a redução das barreiras não-tarifárias e o aumento esperado na produtividade do país. Ainda segundo o comunicado do Governo brasileiro, o aumento dos investimentos previstos para o Brasil no mesmo período é de 113 bilhões de dólares. E as exportações para a UE podem crescer quase 100 bilhões de dólares até 2035.

Segundo a BBC News (2019), o Acordo prevê remover a maioria das tarifas de importação do Mercosul sobre produtos europeus, principalmente, nos segmentos

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

industrial, agrícola e alimentício. Entre os bens industriais, estão: automóveis, hoje submetidos a alíquotas de 35%, autopeças (passa de 14% a 18%), maquinário (de 14% a 20%), produtos químicos (tarifas de até 18%), produtos farmacêuticos (até 14%), roupas e calçados (até 35%). Itens agrícolas como chocolates, vinho e destilados, atualmente taxados em 20%, 27% e de 20% a 35%, respectivamente, também serão beneficiados pela eliminação de tarifas. No Acordo também entram laticínios, hoje submetidos a tarifas de importação de 28%, "especialmente" os queijos (BBC NEWS, 2019). Conforme Moura (2019, online):

O impacto do Acordo de Associação no comércio entre os países do Mercosul e da União Europeia é verificado por meio dos significativos números extraídos das relações já existentes entre ambos e da potencialidade de crescimento com a entrada em vigor do acordo. Somados, Mercosul e União Europeia representam um PIB de 25% da economia mundial, equivalente a 19 trilhões de euros, e um mercado de consumo de 773 milhões de pessoas. A UE é atualmente o 2º maior parceiro comercial do Mercosul, perdendo só para China, e o Mercosul é o 8º principal parceiro extrarregional da UE. Segundo dados da Comissão Europeia, em 2018, o comércio birregional de produtos alcançou 88 bilhões de euros, e o de serviços, 34 bilhões de euros, totalizando a cifra de 122 bilhões de euros. Para se ter uma ideia do impacto do acordo, as empresas europeias economizarão mais de 4 bilhões de euros por ano em tarifas aduaneiras, quatro vezes mais que o acordo de livre-comércio firmado com o Japão em julho de 2018[2], considerado um marco nas relações internacionais ao criar uma das maiores parcerias comerciais do mundo.

As exportações do Mercosul também terão preferência, segundo o governo, mais de 90% terão zeradas as tarifas de importação da UE no prazo máximo de dez anos. As demais terão acesso preferencial por meio de quotas e reduções parciais de tarifas (BBC NEWS, 2019). De acordo com Moura (2019, online):

O significado econômico para o Brasil é verificado pelo intenso comércio com a UE. Em 2018, o país registrou um comércio de US\$ 76 bilhões, com superávit de US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 42 bilhões são de exportações para a UE, representando 18% do total de exportações brasileiras. Além disso, a UE é o maior investidor estrangeiro no Mercosul, sendo o Brasil o maior destino do Investimento Estrangeiro Direto (IED) dos países da UE na América Latina, correspondendo ao 4º maior destino IED extra-UE. Em 2017, a UE injetou no Mercosul US\$ 433 bilhões em investimentos. Acordos são essenciais para o crescimento e a criação de empregos. As exportações da UE somente para o Brasil suportam atualmente 855 mil postos de trabalho na UE e outros 436 mil no Brasil[4]. Mais exportações significa mais empregos para ambas as economias, e, em tempos de crise, acordos desse porte são

Personalidade Acadêmica Homenageada:
Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

uma alternativa efetiva para a retomada do crescimento nos países envolvidos.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre os produtos que terão tarifas reduzidas zero estão mel natural, calçados, roupas, suco de laranja, café industrializado, madeira compensada, polietileno, couro, autopeças e aviões. Já os produtos que terão aumento de cotas sem pagamento de tarifas estão carne bovina, açúcar, etanol e carne de frango. De acordo com a CNI, cada R\$ 1 bilhão de exportação a mais do agronegócio, gera aumento de produção de R\$ 300 milhões na indústria brasileira (BBC NEWS, 2019).

De acordo com o Jornal El País (2019), com a vigência do Acordo, os produtos agrícolas terão suas tarifas eliminadas, como: suco de laranja, frutas e café solúvel. Os exportadores brasileiros obterão ampliação do acesso, por meio de quotas, para carnes, açúcar e etanol, entre outros.

De acordo com o governo, o Acordo reconhecerá como "distintivos do Brasil" vários produtos, como: cachaças, queijos, vinhos e cafés e garantirá: "acesso efetivo em diversos segmentos de serviços, como comunicação, construção, distribuição, turismo, transportes e serviços profissionais e financeiros". As empresas brasileiras serão beneficiadas com a eliminação de tarifas na exportação de 100% dos produtos industriais, equalizadas as condições de concorrência com outros parceiros que possuem acordos de livre comércio com a UE. "A redução de barreiras, a maior segurança jurídica e transparência das regras irão facilitar a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, com geração de mais investimentos, emprego e renda" (JORNAL EL PAÍS, 2019).

O Acordo entre os blocos estabelece contrapartidas sociais e ambientais às duas partes expostas no capítulo "Desenvolvimento sustentável". A principal delas é a permanência e defesa do Acordo de Paris e inclui o respeito aos direitos trabalhistas e garantia aos direitos das comunidades indígenas (JORNAL EL PAÍS, 2019).

O acordo removerá, gradualmente, as tarifas aduaneiras de 92% dos bens exportados pelo Mercosul para a UE e de 91% dos produtos exportados da UE para o Mercosul. As tarifas de importação e exportação deverão ser zeradas no prazo máximo de dez anos, e o restante das exportações contará com acesso preferencial

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

por meio de quotas exclusivas e reduções parciais de tarifas. Atualmente, apenas 24% das exportações brasileiras entram no mercado europeu livre de entraves tributários.

Segundo Moura (2019), a Comissão Europeia divulgou uma lista de produtos europeus que terão as tarifas eliminadas ao serem comercializadas no Mercosul após a entrada em vigor do Acordo, demonstrando o impacto da associação para a indústria europeia e o mercado consumidor latino-americano. Segue-se alguns itens e respectivas tarifas de importação aplicadas atualmente, que deixarão de ser cobradas: carros (35%); maquinário (de 14% a 20%); químicos (até 18%); vestuário (até 35%); farmacêuticos (até 14%); sapatos de couro (até 35%); têxteis (até 35%).

De acordo com o governo brasileiro, segundo Moura (2019), os produtos agrícolas, de grande interesse estratégico para o país, terão suas tarifas eliminadas, como: suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais. Já os exportadores de carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel terão direito a acesso preferencial ao mercado consumidor europeu.

Segundo Phil Hogan, comissário europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Acordo UE-Mercosul é justo, mas representa alguns desafios aos agricultores europeus para que seja vantajoso para ambos os lados. Afirma ainda que: “a UE se abrirá apenas para produtos agrícolas do Mercosul que tenham cotas cuidadosamente administradas de modo a garantir que não haja risco de que nenhum produto inunde o mercado da UE e ameace a subsistência dos agricultores europeus” (MOURA, 2019, online).

No setor agroalimentar serão eliminadas tarifas aduaneiras para exportação de produtos da UE no Mercosul, como: chocolates (atualmente taxados em 20%), vinhos (27%), bebidas não alcoólicas (de 20% a 35%) e produtos lácteos (28%), inclusive, queijos. As medidas sanitárias e fitossanitárias permanecem sem alteração e todas as importações deverão observar o rigor dos padrões impostos por normativas europeias, porém, serão removidos entraves ao comércio que visem adotar barreiras injustificadas (MOURA, 2019).

No tocante à propriedade intelectual, os países garantem a proteção legal das indicações geográficas (IG) que beneficiam seus produtores e consumidores de

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

imitações. A UE terá 357 alimentos e bebidas de alta qualidade reconhecidos como indicações geográficas, como Tiroler Speck (Áustria), Fromage de Herve (Bélgica), Münchener Bier (Alemanha), Comté (França), Prosciutto di Parma (Itália), Polska Wódka (Polônia), Queijo S. Jorge (Portugal), Tokaji (Hungria) ou Jabugo (Espanha). No Mercosul serão resguardados produtos como: cachaça, vinho e café, os quais passam a ser reconhecidos e protegidos no território europeu (MOURA, 2019).

No campo do Direito Administrativo, novo mercado será aberto às empresas do Mercosul e da União Europeia, aumentando assim, a concorrência em licitações públicas e realizando a incorporação de padrão internacional de regras que garantem a abertura e transparência dos certames, para evitar o conflito de interesse e práticas de corrupção. Áreas como Tecnologia da Informação, telecomunicações e transportes terão oportunidades competitivas no mercado comum. As pequenas empresas serão beneficiadas graças à criação de uma plataforma online de acesso facilitado a todas as informações relevantes aos certames.

Embora o Acordo ofereça benefícios econômicos relevantes, também prevê a promoção de altos padrões em termos de desenvolvimento sustentável e proteção aos direitos humanos, pelos países. Ambos os blocos se comprometeram implementar o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas de 2016, Tratado esse que o Brasil havia ameaçado renunciar, o qual causou grande comoção internacional.

Segundo o Acordo de Paris, o Brasil deverá reduzir, até 2025, a emissão de gás com efeito estufa em 37%, comparado aos índices de 2005, reflorestar 12 milhões de hectares da floresta Amazônica até 2030 e a UE deverá reduzir as emissões domésticas em 40% até 2030. A proteção dos direitos dos trabalhadores, como a proibição de trabalhos forçados ou infantil, a não discriminação no ambiente de trabalho, a liberdade de associação e o direito de negociação coletiva, bem como a proteção dos direitos humanos e das comunidades indígenas são algumas das condições impostas pelo Acordo de Associação Mercosul-UE aos países envolvidos (MOURA, 2019).

Personalidade Acadêmica Homenageada:
Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

3 METODOLOGIA

Esse estudo utilizou-se de obras coletadas em plataformas físicas e virtuais, no sentido de responder aos objetivos inicialmente propostos, que foi analisar as principais vantagens do Acordo celebrado entre Mercosul e União Europeia, em 2019.

CONCLUSÃO

O Acordo é um marco histórico no relacionamento entre Mercosul e União Europeia, juntos representam cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Em momento de tensões e incertezas no comércio internacional a conclusão do acordo ressalta o compromisso de ambos os blocos com a abertura econômica e o fortalecimento das condições de competitividade.

O Acordo comercial com a UE constitui uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, pela sua importância econômica e abrangência de suas disciplinas, é o Acordo mais amplo e de maior complexidade negociado pelo Mercosul. Cobre temas tarifários e de natureza regulatória, serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias, fitossanitárias e de propriedade intelectual.

Com a vigência do Acordo os produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como suco de laranja, frutas e café solúvel. Os exportadores brasileiros obterão ampliação de acesso, por meio de quotas, para carnes, açúcar e etanol, entre outros. As empresas brasileiras serão beneficiadas com a eliminação de tarifas na exportação de 100% dos produtos industriais, sendo equalizadas as condições de concorrência com outros parceiros que possuem Acordos de livre comércio com a UE.

O acordo reconhece como distintivos do Brasil vários produtos, como cachaças, queijos, vinhos e cafés. O Acordo garante acesso em diversos segmentos de serviços, como comunicação, construção, distribuição, turismo, transportes e serviços profissionais e financeiros. Em compras públicas, empresas brasileiras

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

obterão acesso ao mercado de licitações da UE, estimado em US\$ 1,6 trilhão. Os compromissos assumidos também agilizam e reduzem custos nos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens.

O Acordo incrementa a competitividade da economia brasileira ao garantir, para os produtores nacionais, acesso aos insumos de elevado teor tecnológico e com preços mais baixos. A redução de barreiras e uma maior segurança jurídica e transparência de regras facilitam a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, com geração de mais investimentos, emprego e renda. Os consumidores serão beneficiados pelo Acordo, com acesso a maior variedade de produtos a preços competitivos.

Estimativas do Ministério da Economia preconizam que o Acordo Mercosul-UE representa um incremento do PIB brasileiro de US\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a US\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não-tarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos fatores de produção. O aumento de investimentos no Brasil, no mesmo período, será da ordem de US\$ 113 bilhões. Em relação ao comércio bilateral, as exportações brasileiras para a UE apresentarão quase US\$ 100 bilhões de ganhos até 2035.

A UE é o segundo parceiro comercial do Mercosul e o primeiro em matéria de investimentos. O Mercosul é o oitavo principal parceiro comercial extrarregional da UE. A corrente de comércio birregional foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. Em 2017, o estoque de investimentos da UE no bloco sul-americano somava cerca de US\$ 433 bilhões. O Brasil registrou, em 2018, um comércio de US\$ 76 bilhões com a UE e superávit de US\$ 7 bilhões. O Brasil exportou mais de US\$ 42 bilhões, aproximadamente 18% do total exportado pelo país. O Brasil destaca-se como o maior destino do investimento externo direto (IED) dos países da UE na América Latina, com quase metade do estoque de investimentos na região. O Brasil é o quarto maior destino de IED da UE, que se distribui em setores de alto valor estratégico.

REFERÊNCIAS

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

BEZERRA, Juliana. Mercosul. **Todamateria**. 2018. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/mercosul/>>. Acesso em 23 ago 2019.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). **Observatório Internacional Sebrae**. 2019. Disponível em < <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/unctad-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-comercio-e-desenvolvimento/>>. Acesso em 23 ago 2019.

Conclusão das Negociações do Acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Bruxelas, 27 e 28 de junho de 2019. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20560-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia-nota-conjunta-dos-ministerios-das-relacoes-exteriores-da-economia-e-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-bruxelas-27-e-28-de-junho-de-2019>>. Acesso em 23 ago 2019.

Instituições e outros organismos da EU. 2019. Disponível em < https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies_pt>. Acesso em 23 ago 2019.

Mercosul e UE fecham acordo histórico. 2019. **BBC News**. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48808095>>. Acesso em 23 ago 2019.

Mercosul e União Europeia selam esperado acordo após 20 anos de negociações: o pacto representará um incremento do PIB brasileiro de 87,5 bilhões de dólares a 125 bilhões em 15 anos, segundo o Ministério da Economia. 2019. **Jornal El País**. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/28/economia/1561741745_016799.html>. Acesso em 23 ago 2019.

MOURA, Aline Beltrame de. O impacto do Acordo Mercosul-União Europeia para o Brasil. 2019. **Consultor Jurídico**. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2019-jul-03/aline-moura-impacto-acordo-mercosul-ue-brasil>>. Acesso em 23 ago 2019.

MOUTINHO, Wilson Teixeira. **Mercosul**. 2019. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/mercosul/>>. Acesso em 23 ago 2019.

O Brasil e a EU. **Delegação da União Europeia no Brasil**. 2016. Disponível em < https://eeas.europa.eu/delegations/brazil_pt/7348/O%20Brasil%20e%20a%20UE>. Acesso em 23 ago 2019.

Saiba mais sobre o Mercosul. 2019. Disponível em < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em 23 ago 2019.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Alberto Emílio Ferral (Universidade Blas Pascal – Córdoba)

União Europeia. **InfoEscola**. 2019. Disponível em <
<https://www.infoescola.com/geografia/uniao-europeia/>>. Acesso em 23 ago 2019.